



**À FRENTE DO
NOSSO TEMPO!**

JUVENTUDE EM PROXIMIDADE

**JOÃO '14
TORRES**

**CANDIDATURA A SECRETÁRIO-GERAL
DA JUVENTUDE SOCIALISTA**

**À FRENTE DO
NOSSO TEMPO!**

JUVENTUDE EM PROXIMIDADE

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	04
1. À FRENTE NA IGUALDADE	07
1.1. Direitos, Liberdades e Garantias	07
1.2. Distribuição da Riqueza	09
2. À FRENTE NA DEMOCRACIA	10
3. À FRENTE NO CONHECIMENTO	12
3.1. Educação	12
3.2. Ensino Superior	13
3.3. Investigação Científica	16
4. À FRENTE NA EMANCIPAÇÃO	18
4.1. Habitação	18
4.2. Emprego	19
4.3. Empreendedorismo	20
4.4. Mobilidade	20
5. À FRENTE NO DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	21
5.1. Desenvolvimento Sustentável	21
5.2. Estado Social	22
5.3. Diálogo Intergeracional	23
6. À FRENTE NO PODER REGIONAL E NO PODER LOCAL	24
6.1. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira	24
6.2. Regionalização Administrativa	25
6.3. Reforço da Participação	25
7. À FRENTE NA EUROPA E NO MUNDO	26
7.1. Novo Paradigma Económico	26
7.2. Instituições Políticas	27
7.3. A Europa e o Mundo	27
8. À FRENTE NA ORGANIZAÇÃO	30
8.1. Organização Interna	30
8.2. Comunicação	31
8.3. Estudos e Formação Política	31

INTRODUÇÃO

Iniciámos há dois anos uma caminhada em conjunto. Uma caminhada em que assumimos desafios comuns e partilhamos responsabilidades.

Ao longo dos últimos dois anos, ajudamos a criar uma maioria social contrária às políticas implementadas por este Governo. Foram dois anos em que juntámos forças, de Norte a Sul, do Litoral ao Interior e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

«VIMOS O MUNDO POR OUTRAS JANELAS»

Fazemos um balanço positivo do trabalho que realizámos desde o final de 2012, fundamentalmente, por termos ousado perspetivar o mundo por outras janelas.

Defendemos a Constituição da República Portuguesa, denunciando uma maioria que quis encontrar na Lei Fundamental respostas para as suas próprias fragilidades.

Defendemos os governos socialistas, rejeitando uma leitura exclusivamente nacional da crise económica e financeira e apontando a austeridade como o caminho que nos conduziria a um abismo social.

Defendemos direitos, liberdades e garantias, assinalando que há conquistas de cidadania que não fomos ainda capazes de alcançar, opondo-nos ainda a retrocessos que movimentos conservadores quiseram impor.

Alertamos, vezes sem conta, para as consequências da emigração jovem e para as dificuldades crescentes de emancipação de toda uma geração que este Governo quis humilhar com palavras e com políticas de retrocesso.

Lançámos para debate propostas inovadoras, antecipando o agravamento das desigualdades e a distribuição da riqueza como as questões que mais deverão merecer a nossa atenção nos próximos anos e, porventura, nas próximas décadas.

«A ESQUERDA É A NOSSA IDENTIDADE POLÍTICA»

Portugal exige-nos mais e impõe-nos novos desafios. E é a essa expectativa que temos de corresponder, com energia redobrada e com vontade de transformação.

Foi a vontade de transformação de muitos socialistas que conduziu a alguns dos mais notáveis avanços na História.

Inspiram-nos os movimentos que lutaram incessantemente pela igualdade, nas suas múltiplas dimensões e, por vezes, em circunstâncias de grande dificuldade.

Inspiram-nos os Liberais do Século XIX que combateram com firmeza o absolutismo Miguelista.

Inspiram-nos os protagonistas da Revolução Francesa, da qual resultou, como descreveu Pierre Leroux, a doutrina que não desiste da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade – uma das mais belas definições do Socialismo.

Inspiram-nos os movimentos que conduziram à instauração da República e da Democracia em Portugal, com coragem e uma notável capacidade de resistência que nos cumpre evocar no ano em que se assinalam 40 anos sobre a Revolução dos Cravos.

Inspiram-nos mulheres e homens notáveis, responsáveis por períodos duradouros de crescimento e progresso, como Willy Brandt, Olof Palme, François Mitterrand, Felipe González ou o nosso admirável Mário Soares.

Na Juventude Socialista, sabemos quem somos e orgulhamo-nos de servir valores que nos distinguem. Somos progressistas e orgulhosamente socialistas. Temos arrojo e aceitamos a mudança, mas apenas se ela nos conduzir pelo lado certo da história. A Esquerda é a nossa identidade política.

—

«A INCERTEZA É A MARCA DE ÁGUA DESTE GOVERNO»

A governação da direita em Portugal deixará marcas profundas. De todas as consequências das políticas que foram seguidas pelo PSD e pelo CDS, destaca-se a incerteza como a herança mais pesada. Porque é com a incerteza que mais tememos o futuro, porque é com a incerteza que mais se aprofunda o individualismo na sociedade, porque é com a incerteza do amanhã que espalhamos o medo no dia de hoje.

Nunca, em nenhum outro momento da história da nossa democracia, nos cruzamos tantas vezes com a incerteza nas nossas vidas: a incerteza no emprego e no desemprego; a incerteza nos salários e nas parcas prestações sociais; a incerteza nos direitos, liberdades e garantias.

Para este Governo, a incerteza é um valor absoluto, porquanto se afigura instrumental para conter a revolta dos mais desprotegidos. Como noutros episódios da história, a direita foi forte com os fracos e fraca com os fortes, protegendo vezes sem conta os que têm mais recursos e deixando para trás os que pouco ou nada têm. Hoje, a pobreza em Portugal atinge proporções que julgávamos inatingíveis na década passada. A Esquerda tem a obrigação de combater a exclusão social e de, simultaneamente, reduzir as desigualdades.

—

«SABEMOS PARA ONDE QUEREMOS IR»

Sabemos bem o que defendemos:

- A afirmação da sustentabilidade ambiental e a redução do consumo de energia através de políticas promotoras da eficiência energética;

- A defesa e valorização da Cultura e da Soberania;

- A existência de uma Justiça próxima e efetiva, dotada de todos os recursos necessários ao seu bom funcionamento;

- A dinamização e modernização do tecido económico, designadamente no que concerne ao incentivo à exportação de bens transacionáveis de valor acrescentado;

- A discriminação positiva do Interior, onde reside um potencial por explorar que tem sido negligenciado por este Governo;

- O regresso a políticas de investimento público e privado, o que obriga ao fim do garrote da austeridade e à rejeição do Tratado Orçamental;

- A regulação do sistema financeiro com a introdução de mecanismos que eliminem as assimetrias decorrentes da circulação de uma moeda única;

- A reestruturação da dívida como opção política que nos liberte dos movimentos atávicos de retrocesso a que estamos sujeitos;

- A regionalização como eixo fundamental de uma reforma do Estado honesta e rigorosa que atenda aos princípios da coesão social e territorial;

- A busca de um ideal de justiça entre os povos, assegurando a defesa da sua autodeterminação, como disso é exemplo o Sahara Ocidental, ainda hoje a última colónia de África.

—

«VAMOS FORTALECER A JUVENTUDE SOCIALISTA»

Nos próximos dois anos, teremos em conta cinco pontos de intervenção sem, no entanto, negligenciar qualquer outra dimensão política:

A emigração e o lançamento de políticas públicas que incentivem o regresso dos nossos emigrantes

A nossa geração, que tanto ansiou pela mobilidade, foi a primeira a experimentar a sua tirania. Caiu nas mãos da nossa geração um novo paradigma da mobilidade – o da emigração forçada. A fuga de cérebros é um verdadeiro problema de regime. Cumpre à Juventude Socialista apresentar propostas concretas, nomeadamente na dimensão do empreendedorismo, para que possamos voltar a contar com o contributo de milhares de jovens qualificados para o desenvolvimento do país, pondo termo ao dogma de mobilidade deste Governo que constitui um flagelo da maior gravidade para Portugal.

A presença da Juventude Socialista nas escolas dos ensinos básico e secundário e no ensino superior

A JS tem de estar mais presente nas escolas e nas instituições de ensino superior. É nestes espaços, onde o Partido Socialista por natureza não consegue chegar, que cuidamos do futuro da nossa organização, e muito em particular da sua renovação. A Juventude Socialista será tão mais forte quanto mais próxima das escolas estiver. O Orçamento de Estado para 2015 consagra uma brutal descida da dotação para os setores da Educação e do Ensino Superior. Vêm aí tempos de forte contestação. Cabe-nos ser intérpretes de aspirações e protagonistas da alternativa.

O aprofundamento dos direitos, das liberdades e das garantias

Se há caminho que orgulha a Juventude Socialista, é o caminho da rejeição de todas as formas de discriminação. Quando nos referimos ao aprofundamento dos direitos, das liberdades e das garantias, apontamos o caminho para o futuro. Com a vitória do Partido Socialista nas Eleições Legislativas, pela qual lutaremos com todas as nossas forças, impõe-se a prossecução de uma trajetória de progresso: adoção por casais do mesmo sexo, eutanásia, legalização das drogas leves – todas estas bandeiras integram as nossas opções políticas há anos e por elas lutaremos em prol de um país mais livre.

Uma nova agenda para a juventude

Todos nós reconhecemos o caráter absolutamente transversal das políticas de juventude. Mas há dimensões destas políticas que permanecem numa esfera muito própria de discussão e de decisão. Precisamos, não de uma discussão sobre *youth politics*, mas de uma discussão sobre *youth policies*. Uma nova agenda para a juventude tem de assentar no diálogo inter e intrageracional, valorizando a diversidade. Ainda hoje, em muitos municípios, alguns dos quais liderados pelo Partido Socialista, os Conselhos Municipais de Juventude estão longe de ser realidade. Precisamos de exercer uma ação fiscalizadora da sua implementação e temos de ajudar a dar passos concretos para a instituição de Conselhos Regionais de Juventude. Seria positivo que um futuro Governo separasse as águas entre Desporto e Juventude, conferindo a uma Secretaria de Estado poderes firmes para se assumir como um esteio na defesa da juventude.

Uma efetiva Garantia Jovem no âmbito de um Pacto Intergeracional

Nestes últimos dois anos, esta terá sido, porventura, a única vitória política dos jovens socialistas europeus. A direita europeia teve de reconhecer as evidências: o desemprego jovem

atingiu uma escala colossal e obrigou à adoção desta medida. Mas, em Portugal, tudo continua praticamente na mesma. Este Governo não tem uma estratégia para fomentar a empregabilidade jovem: teve até várias, mas todas elas demonstraram ser claramente insuficientes. Exigiremos simplicidade e transparência nos programas de combate ao desemprego jovem, avançando com propostas que permitam a realização profissional simultânea de trabalhadores mais experientes com estagiários valorizando sempre o valor do trabalho, combatendo a precariedade em todas as suas formas de manifestação.

«ESTAMOS À FRENTE DO NOSSO TEMPO!»

Chegou a hora de respondermos ao conflito intergeracional com políticas públicas que aliem à experiência dos mais velhos à vontade de emancipação dos mais novos.

Chegou a hora de respondermos ao conflito público/privado investindo no Estado Social e assegurando que não só apostaremos na Escola Pública e no Serviço Nacional de Saúde, como evitaremos a alienação ao desbarato de bens públicos que constituem uma inalienável fonte de riqueza para o país.

Chegou a hora de responder ao conflito institucional erguendo ainda mais alto a nossa voz em defesa da Constituição da República Portuguesa, exigindo mais direitos e mais futuro.

Na Juventude Socialista, estamos à frente do nosso tempo!



João Torres
Militante N.º 78255



1. À FRENTE NA IGUALDADE

┌ A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13.o, estabelece que «ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.» Também a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia estabelece os valores que nos guiam: «É proibida a discriminação em razão, designadamente, do sexo, raça, cor ou origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual».

É com base nestes valores progressistas e humanistas que a JS esteve sempre na primeira linha da defesa dos direitos dos cidadãos, da conquista da sua cidadania plena e da igualdade. Desde sempre, a JS defendeu aqueles que precisavam de um apoio político com propostas que permitiram quebrar as barreiras do conservadorismo, da indiferença e da intolerância, promovendo avanços civilizacionais que muito nos orgulham. Ao longo dos anos, temos defendido uma sociedade livre de discriminações fundadas no género, orientação sexual, identidade de género, origem racial, religião, convicções, ou quaisquer outras e temos pugnado por um mundo sem estigmas, defendendo o direito à liberdade individual.

Com convicção, temos defendido políticas de promoção dos direitos de todos os cidadãos às suas opções de vida pessoais, que não interfiram nas liberdades alheias, em nome da pluralidade social e respeito pela consciência individual. Exemplos como a coadoção por famílias homoparentais, a distribuição de preservativos, a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, o casamento sem discriminação em função da orientação sexual e a educação sexual nas escolas são marcos da qualidade das propostas políticas da JS na

transformação de Portugal para uma sociedade mais livre, aberta, moderna e efetivamente justa. Por isso, a Juventude Socialista tem a obrigação de estar à altura da sua história e de continuar o processo de transformação, através do debate público e político, das mentalidades da nossa sociedade e da nossa estrutura sociopolítica

1.1. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

A JS entende que os cidadãos portadores de deficiência são muitas vezes esquecidos e entende que devem ser reforçados os mecanismos de apoio e integração dos mesmos na vida ativa da sociedade. Defendemos ainda a necessidade de uma aposta séria na remoção das barreiras arquitetónicas. Portugal tem cerca de 640 mil cidadãos portadores de, no mínimo, uma deficiência, aos quais ainda se somam idosos, mães e pais com carrinhos de bebé e pessoas temporariamente incapacitadas. Só a existência de edifícios públicos sem barreiras, com rampas e elevadores adaptados e lugares de estacionamento específicos, garantem a acessibilidade plena dos cidadãos com mobilidade reduzida. Desta forma, a JS irá criar mecanismos de denúncia de todas as situações em que subsistam barreiras arquitetónicas a pessoas com mobilidade reduzida, especialmente no caso dos edifícios públicos.

Como forma de fazer face a este desafio, a Juventude Socialista defende ainda que deve ser delineado, com um horizonte temporal alargado, um plano nacional que dê resposta a estas e outras dificuldades e que abranja os mais amplos setores da sociedade portuguesa.

Em primeira linha surge naturalmente a responsabilidade a assumir pelo Estado, pelas autarquias e por toda a administração pública no esforço de adaptação dos espaços físicos que

estejam na sua dependência, mas também na adoção de medidas destinadas a esbater as dificuldades enfrentadas por todos os cidadãos portadores de deficiência. Assim, é também indispensável que as formas de comunicação entre os serviços públicos e os cidadãos, incluindo as páginas da Internet e os modelos de documentação, estejam aptos a ser usados por cidadãos invisuais.

À igualdade quanto ao acesso aos serviços públicos deve somar-se a igualdade no acesso ao trabalho e no acesso ao lazer. Assim, a Juventude Socialista empenhar-se-á na defesa das medidas de discriminação positiva que permitam fazer face às dificuldades enfrentadas por um cidadão com deficiência no acesso ao mercado de trabalho, num apelo à responsabilidade dos parceiros sociais quanto à necessidade de inclusão destes cidadãos. Na mesma senda a Juventude Socialista defende a igualdade de acesso ao lazer, desde logo através da adaptação de espaços físicos como os teatros, que devem passar a dotar-se, nomeadamente, de espaços para cadeiras de rodas.

É necessária uma monitorização das reformas levadas a cabo nos últimos anos referentes à formação dos alunos com necessidades educativas especiais no sentido de se perceber se a aplicação dessas reformas responde à necessidade de, por um lado, dotar esses alunos dos instrumentos necessários ao seu pleno desenvolvimento e, por outro, de garantir a sua plena integração na comunidade educativa.

Por último, devem ser especialmente considerados todos os contributos da comunidade científica que desenvolvam mecanismos para mitigar as dificuldades sentidas pelos cidadãos portadores de deficiência.

A JS encara a aceitação das diferenças sexuais como um dos pilares para o fim da discriminação social e laboral de uma das minorias mais marginalizadas na nossa sociedade. É necessário entender e debater as questões inerentes à transexualidade e intersexualidade, bem como defender a mitigação de entraves legais e médicos atualmente exigidos para a mudança de sexo.

A JS defende a igualdade plena na adoção por casais do mesmo sexo, reconhecendo a importância de todas as medidas intermédias como seja o diploma da coadoção para a conquista desse objetivo. Estas medidas representam o próximo passo de esbatimento das desigualdades baseadas na orientação sexual. A Juventude Socialista assume o compromisso de, no quadro de uma nova maioria política, empenhar-se na apresentação de iniciativas legislativas neste domínio.

A JS sublinha a importância fulcral da igualdade de género. O combate pela igualdade de género caracteriza grande parte do legado político da

Juventude Socialista. Assim, é de vital importância que a matéria continue a fazer parte da primeira linha das preocupações da estrutura no que diz respeito à afirmação das mulheres em todos os setores da sociedade, com atenção especial para as discriminações no mercado de trabalho.

O quadro de crise financeira, potenciador de todas as formas de desigualdade, deve significar um reforço do empenho da Juventude Socialista nesta temática, em particular no que diz respeito à igualdade salarial.

A afirmação de uma agenda europeia pela igualdade de género constará entre as prioridades da Juventude Socialista no que ao compromisso europeu diz respeito, devendo retomar-se e aprofundar-se os trabalhos levados a cabo pelos eurodeputados socialistas na última década. Consideramos que os mecanismos específicos de fomento à igualdade de género, como as quotas, têm um carácter essencial na transformação de mentalidades na sociedade e devem ser necessariamente transitórios, cessando quando essa igualdade for atingida.

A JS defende a eliminação das barreiras discriminatórias na legislação que regula o acesso à Procriação Medicamente Assistida. No sentido de promover um acesso livre às vantagens do conhecimento científico, urge também continuar a promover um debate aberto, no quadro das técnicas de Procriação Medicamente Assistida, em relação às questões da maternidade de substituição.

A JS defende a regulamentação da prostituição como forma de garantir as condições de segurança e salubridade e os direitos sociais a quem, no exercício da sua liberdade sexual, pratica essa atividade. O modelo de regulamentação deve obedecer a parâmetros que garantam a liberdade e autodeterminação sexuais dos praticantes da atividade. Assim, deve continuar a ser garantida a ausência de exploração de quem se prostitui e deve continuar o combate ao tráfico de seres humanos.

A JS é a favor da legalização das drogas leves a partir dos 18 anos, constituindo esta medida uma vantagem na separação do mercado das drogas leves do mercado das designadas “drogas duras”. É através de um consumo regulamentado, exemplificado no enquadramento legal holandês de utilização em espaços próprios, que poderá ser colocada uma barreira à entrada de substâncias comprovadamente mais perigosas. Esta medida possibilita prevenir ou sinalizar comportamentos de risco no consumo, que representam riscos significativos à saúde física e mental dos consumidores. Esta atividade, pesadamente taxada como o álcool ou o tabaco e suportada legalmente, iria permitir gerar receitas fiscais para financiar o tratamento e prevenção de toxicodependência, como também ser um

mecanismo eficaz de combate à economia paralela e ao crime organizado.

A JS entende que a morte medicamente assistida é um passo na defesa da liberdade de escolha de um cidadão. Pessoas que estejam sujeitas a sofrimentos físicos ou psíquicos intoleráveis, medicamente comprovados como incuráveis, não devem viver em agonia e sofrimento permanente. Um cidadão, nas suas plenas capacidades mentais e psicológicas, deve poder optar por não prolongar o seu sofrimento, mantendo a sua dignidade.

Face à discriminação dos imigrantes e minorias étnicas no nosso país, devem ser apresentadas soluções que potenciem um acesso mais facilitado à cidadania, o alargamento do direito de voto e o reforço de serviços de apoio aos emigrantes nas zonas geográficas com comunidades estrangeiras mais relevantes. A sua integração, que se quer mais rápida e efetiva, é não só o mais poderoso instrumento de resolução destes problemas, como principalmente uma via de benefício mútuo, quer para as comunidades imigrantes, quer para o país que as acolhe. A vocação europeia da Juventude Socialista torna-a particularmente sensível às temáticas da imigração. Além disso, um novo projeto de desenvolvimento para Portugal não pode deixar de contar com os contributos valiosos que as populações imigrantes podem dar, populações cuja presença representa, o mais das vezes, um benefício para o nosso país.

1.2. DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

Consideramos que é de elementar justiça social procurar uma distribuição da riqueza mais equilibrada. No último ano, assistiu-se a uma discussão de dimensão europeia em torno da limitação de salários nos setores público e privado. Esta discussão partiu, em larga medida, de uma iniciativa levada a referendo na Suíça.

A Juventude Socialista, assumindo o seu papel no combate pela dignificação do trabalho, assumiu já a sua pretensão de se bater, em Portugal e na Europa, por medidas que esbatam a excessiva desvalorização do trabalho de alguns em função da excessiva valorização do trabalho de outros. O estabelecimento de rácios de distribuição dos salários nas empresas públicas e privadas apresenta-se como um mecanismo de grande importância na luta contra as desigualdades sociais.

A JS entende que não há explicação razoável que sustente a crescente disparidade existente entre os salários mais altos e os salários mais baixo em alguns setores de atividade e organizações.

Desse modo, a introdução de rácios representa a possibilidade de uma maior adequação entre a riqueza gerada e o contributo dado para a sua criação. Entre trabalho e capital, a força de progresso que constitui a mão-de-obra empobrece de dia para dia, revelando um sentido de justiça cada vez mais distorcido.

▮

2. À FRENTE NA DEMOCRACIA

Portugal vive, atualmente, uma das mais graves crises desde o 25 de Abril de 1974. Esta é uma crise muito mais do que apenas financeira, é uma crise económica estrutural e uma crise social e política. Os portugueses questionam-se frequentemente acerca do estado da nossa democracia e a narrativa de direita leva a duvidar se hoje os valores consignados na nossa Constituição ainda servem os interesses do país. Como jovens, temos o dever e a obrigação de continuar a construir um país próspero, desenvolvido e democrático, cujas raízes foram lançadas pelas gerações que nos antecederam. Como socialistas, temos o especial compromisso de defender a nossa Constituição e o conjunto de valores nos quais a sociedade portuguesa assenta. Hoje temos de estar na vanguarda da luta pelos direitos fundamentais, pela liberdade, pela dignidade e pela igualdade. Hoje temos de estar à frente na democracia.

Estar à frente é querer mais democracia, melhorá-la e conservar todo o seu espírito de inclusão e desenvolvimento. A Constituição de 1976 consagra uma série de direitos que são absolutamente invioláveis, e que nem as constantes afrontas do atual Governo conseguem enfraquecê-los. São essas afrontas que nos servem de motivação para continuar a lutar pela proteção da nossa Lei Fundamental. Queremos, portanto, promover uma defesa mais ativa da Constituição e dos valores, direitos e deveres nela consagrados.

A JS é contra qualquer revisão constitucional que se objective a atacar o Serviço Nacional de Saúde, a destruir a Escola Pública e a educação para todos, a privatizar a Segurança Social, a desproteger os mais necessitados, a reverter a soberania de Portugal e dos Portugueses, a desmantelar o Estado Social e a afrontar os valores de Abril.

A JS defende uma revisão do sistema eleitoral que aproxime os eleitores dos seus eleitos e facilite a comunicação entre os cidadãos e o poder político. Uma melhor democracia só pode ser

construída com a participação dos Portugueses. Juntos podemos devolver a esperança na política. Para tal, defendemos um novo sistema eleitoral que promova a participação e, ao mesmo tempo, uma acrescida responsabilização política. Este novo sistema eleitoral terá, necessariamente, que respeitar o princípio da proporcionalidade e da representatividade de todos os cidadãos portugueses.

A JS entende que é urgente aprovar um conjunto de incompatibilidades para deputados e governantes, por forma a garantir uma total transparência das suas ações e exclusividade na sua dedicação à causa pública. O sistema político não é melhorado apenas com uma alteração do sistema eleitoral, mas terá de estar alicerçado numa mudança de políticas muito mais ampla. Além disso, é necessário garantir uma boa governação e uma cada vez maior integridade nas ações praticadas pelo poder político. Só assim conseguimos garantir a reaproximação dos Portugueses ao sistema político e à democracia.

Definimos como alvo a abstenção. O desinteresse dos cidadãos pelo processo democrático não é compatível com a democracia que ambicionamos para Portugal. Contudo, só conseguiremos motivar a participação se formos diferentes, se nos dedicarmos à política como sendo um veículo de mudança e de melhoria das condições de vida dos cidadãos, se procurarmos ser honestos nas promessas e cumpridores dos nossos compromissos eleitorais. Então ganharemos a confiança, conquistaremos a participação e aprofundaremos a cultura democrática.

Nós, jovens, temos a capacidade de mudar o futuro, começando hoje a participar na sua construção. Condenamos, por isso, o ataque que o atual Governo tem perpetrado contra os jovens, nomeadamente nos cortes na educação e na inércia no combate ao desemprego jovem. Acreditamos que os problemas da juventude devem ser especificamente acompanhados.

A JS defende a criação de uma Secretaria de Estado da Juventude autónoma, com o objetivo claro de promover um futuro de oportunidades para os jovens portugueses.

Queremos estar à frente na democracia, na juventude e, também, na cultura. A estratégia de menorização da cultura não serve os interesses do país, nem honra o nosso passado e a nossa História. A despromoção da cultura de um ministério para uma secretaria de Estado é a prova clara do desinvestimento do atual Governo nesta importante área.

Só estando à frente na democracia poderemos almejar construir uma alternativa socialista para um Portugal desenvolvido e próspero, fiel aos valores de Abril; um país que veja nos seus cidadãos não números, mas pessoas, um país que não obrigue a juventude a emigrar para poder ter um futuro, um país que promova a participação democrática dos Portugueses, a elevação moral da política, a responsabilização dos eleitos, o poder do povo, a manutenção dos princípios constitucionais que sustentam o Estado Social. Queremos continuar a construir o socialismo democrático de que Portugal precisa.

■

3. À FRENTE NO CONHECIMENTO

┌ O conhecimento, no sentido lato do termo, assume-se como um principais pilares da construção de uma sociedade moderna, equilibrada e progressista.

Por um lado, a instrução é essencial para uma formação cívica e política mais aprofundadas, contribuição essencial para o exercício de uma cidadania plena. Uma melhor educação permitirá também ao nosso país apresentar cidadãos tecnicamente mais qualificados, aumentando assim o nosso potencial económico.

Por outro, a aposta na investigação científica, área com forte investimento durante os períodos de governação socialista, permite colmatar a escassez de recursos naturais do nosso território com uma aposta na economia baseada no conhecimento e no avanço tecnológico, possibilitando ultrapassar não só crises conjunturais, mas dotando o país de mecanismos que nos permitam diminuir os seus problemas estruturais.

3.1. EDUCAÇÃO

Fundada nos princípios republicanos, que são pilar da sua identidade ideológica, a Juventude Socialista defende que a educação deve ser uma das áreas centrais da intervenção do Estado, sendo a manutenção e aprofundamento da rede pública de educação uma das suas maiores responsabilidades.

A educação representa um dos maiores desafios que Portugal enfrenta, pois o atraso estrutural nesta área continua a ser um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento social e económico da nossa sociedade. A JS reafirma a sua convicção de que um país mais desenvolvido e com uma economia mais avançada, baseada numa sociedade tecnologicamente evoluída e pioneira em inovação, depende de uma população ativa, altamente

qualificada e apta a competir no espaço europeu e mundial.

A governação da direita em Portugal deixará marcas negativas profundas no nosso país. De todas as consequências das políticas que foram seguidas pelo PSD e pelo CDS, destaca-se a política vigente de preconceito e destruição da Escola Pública que, alicerçada numa visão de horizontes curtos, conservadora e preconceituosa, executou uma estratégia clara de desinvestimento neste setor público, subvertendo pelo estigma da austeridade o valor do direito a uma educação para todos, promotora de igualdade.

A JS entende que o ensino não pode ser considerado de uma perspetiva estritamente economicista, já que os seus proveitos e consequências não são apenas económicos, nem mensuráveis no curto ou no médio prazo. É importante, por isso, que se reafirme que nenhum jovem deve ficar sem estudar devido a impossibilidades económicas. Só através do investimento que reduza o abandono escolar e produza uma boa rede de escolas públicas, desde o pré-escolar à universidade, a educação assume na sua plenitude a função de corretor de assimetrias sociais, promovendo a igualdade de oportunidades, alicerce de qualquer modelo socialista democrático. Entendemos que o Estado deve focar-se na melhoria das condições da Escola Pública, republicana e laica, acessível a todos os jovens, tal como consagra a Constituição da República Portuguesa no seu artigo 74º.

A JS é favorável a que sejam retomados os programas de requalificação e modernização da rede pública de escolas básicas e secundárias e outras afetas ao Ministério da Educação.

A JS defende a universalização da rede de ensino pré-escolar, de distribuição territorial uniforme e adequada às necessidades das populações.

A JS defende a distribuição gratuita de manuais escolares do 1.º ciclo, por parte das autarquias. Esta proposta deverá ser complementada com a implementação de uma rede nacional de empréstimo de manuais escolares.

A JS defende o reforço da oferta da rede de transporte escolar, associada à rearticulação das políticas de transporte com a ação social, através dos passes intermodais dirigidos aos públicos escolares.

A JS defende a reconfiguração da educação para a cidadania, transformando-a numa disciplina nuclear, que acompanhe os alunos desde o início do seu percurso escolar até ao final da sua presença no ensino secundário.

A JS é a favor da introdução de uma disciplina de Educação Sexual, como parte de uma estratégia integrada de promoção da saúde sexual e reprodutiva dos jovens.

A JS entende que deve ser criada uma estratégia nacional de combate ao abandono escolar precoce, principalmente após o nono ano de escolaridade, em concordância com a recente realidade de alargamento da obrigatoriedade de frequência do ensino até ao décimo segundo ano.

A JS é contra o atual Estatuto do Aluno, especialmente pelo seu regime de faltas totalmente injusto e por transferir para os estudantes e encarregados de educação a responsabilidade pelo insucesso escolar, negligenciando o seu combate.

A JS defende que os cursos profissionais no ensino secundário são uma excelente aposta em termos de formação escolar e profissional, devolvendo elevadas taxas de absorção pelo mercado de trabalho, pelo que deve existir um reforço na sua oferta.

A JS reforçará a sua presença nas escolas dos ensinos básico e secundário e no ensino superior e intensificará os contactos diretos com as associações de estudantes. É nestes espaços, onde o Partido Socialista por natureza não consegue chegar, que se cuida do futuro da nossa organização e, muito em particular, da sua renovação.

Entende-se, ainda, que as associações de estudantes podem e devem ter um papel ativo nas escolas, enquanto legítimos representantes dos anseios e aspirações dos jovens. A emancipação destes movimentos em relação aos órgãos de gestão da escola deve ser uma realidade cada vez mais presente, algo que a Juventude Socialista deverá saber reconhecer e apoiar, procurando também ser intérprete das aspirações dessas estruturas e protagonista na luta pela implementação das suas alternativas.

3.2. ENSINO SUPERIOR

Quer pelo seu papel na formação e educação superior, contribuição para o desenvolvimento cultural, desportivo e cívico, quer pela produção de novo saber e investigação científica, o ensino superior é a estrutura mais capaz de fornecer aos jovens as ferramentas necessárias para enfrentarem os desafios que se colocam no mundo atual. O ensino superior é, no século XXI, um recurso imprescindível e um pilar central no desenvolvimento económico e social das sociedades do conhecimento.

Não há avanço sem qualificação, nem qualificação sem investimento. É por isso importante perceber que, num contexto de crise, o apoio e reforço do investimento no ensino superior, ao contrário dos cortes que têm sido constantes ao longo da última governação da maioria PSD/CDS, será a médio e longo prazo uma das respostas mais eficientes, ajudando a estimular a recuperação económica. Não basta afirmar que as atuais gerações são as mais bem preparadas da nossa história, importa sobretudo assegurar que as próximas estarão ainda mais bem preparadas para enfrentar os desafios que se seguem.

Reafirma-se, por isso, que o acesso à educação não pode estar dependente de nenhuma condição social ou económica. Por um ensino mais justo, onde a igualdade de oportunidades seja uma realidade, assente num princípio básico de solidariedade, a educação deverá ser igualmente acessível a todos, no cumprimento de um efetivo Estado Social, corretor de assimetrias económicas e sociais.

Impulsionados pelo Roteiro do Ensino Superior de 2014, que mediu o pulso à realidade e diagnosticou, em conjunto com as forças vivas das universidades e politécnicos, o estado do sistema de ensino superior, a Juventude Socialista defende que Portugal não tem diplomados a mais, bem pelo contrário: há educação e ensino superior a menos. O atual recuo no progresso educativo, que se desenrolou ao longo das últimas décadas, é um fator de adicional preocupação. Não nos podemos resignar a que o nosso país tenha pela primeira vez, desde o 25 de Abril, invertido a trajetória de aumento do número de diplomados por ano. Não podemos aceitar que Portugal seja dos países da União Europeia onde menos se investe por aluno no ensino superior, onde os encargos dos estudantes e das famílias com estudantes a cargo são claramente um desincentivo à frequência neste tipo de ensino, onde a taxa de licenciados, entre a população média empregada, está muito abaixo dos índices europeus. Com efeito, ao subscrever a Agenda Europa 2020, Portugal estabeleceu, entre outras metas, o objetivo de ter 40% de graduados na faixa etária compreendida entre os 30 e os 34 anos. Atualmente, esse valor encontra-se muito abaixo do objetivo.

A JS defende que a melhor forma de combate ao abandono escolar é a sua prevenção, através de um sistema onde a igualdade de acesso e frequência seja uma realidade para todos, sendo por isso fundamental um reforço na aposta no financiamento do sistema nacional de ensino superior e na ação social escolar.

A JS entende que é urgente uma reorganização da oferta formativa e da rede de ensino superior, por iniciativa das instituições de ensino superior, e em estreita cooperação com as suas associações académicas e de estudantes e auscultação dos agentes políticos locais.

A JS advoga que a atual binariedade do sistema de ensino superior deve ser repensada, desde logo estabelecendo critérios de definição e implementação ao nível das instituições e cursos, harmonizando as distinções no plano jurídico com a realidade implementada no terreno. Esta discussão é condição fundamental para que a reestruturação da rede, feita com base na formação ministrada e na oferta educativa, atente no impacto na economia local e regional, garantindo a necessária coesão territorial do nosso país, para que não seja desperdiçada a capacidade instalada e a implementação territorial alargada que hoje existe.

A JS defende a existência de uma lista única de denominações de cursos de formação inicial, fator essencial para uma racionalização e melhor regulamentação da oferta formativa, contribuindo para o esclarecimento da sua procura e para a transparência das instituições de ensino superior.

A JS defende que os níveis de empregabilidade correspondentes aos anos antecedentes, para cada área de formação, devem passar a constar da informação prestada ao candidato no acesso ao ensino superior.

A JS pretende que se faça cumprir a lei no que diz respeito à constituição do CCES - Conselho Consultivo do Ensino Superior - órgão que poderá ter um papel decisivo numa verdadeira reorganização da rede e oferta formativa do ensino superior.

Outro assunto de igual importância é o debate sobre o atual sistema de financiamento do ensino superior. Deve existir uma redução dos custos de frequência deste sistema, através da criação de mecanismos de financiamento que permitam a eliminação das propinas e um limite nas diversas taxas e emolumentos a pagar pelos estudantes, sem que tal interfira nas condições de financiamento das instituições. Por outro lado, deve ser introduzido um grau de previsibilidade no financiamento das instituições como forma de permitir um planeamento estratégico adequado.

A JS propõe a alteração da lei de financiamento das instituições de ensino superior, instituindo uma base plurianual de financiamento de forma a melhorar a programação estratégica das instituições, a utilização eficaz dos seus recursos e a sua evolução de médio e longo prazo.

A JS defende o congelamento imediato do atual valor da propina máxima, seguido da criação de mecanismos de financiamento que permitam a eliminação das propinas pagas pelos estudantes no momento da frequência do ensino superior, sem que tal interfira nas condições de financiamento das instituições.

A JS entende que deve existir um regulamento nacional e geral que uniformize o valor das taxas e emolumentos a pagar pelos estudantes, os quais constituem atualmente uma forma abusiva do uso da autonomia das instituições de ensino superior, bem como uma forma encapotada de financiamento.

É imperativo que a ação social escolar constitua um mecanismo central na realidade do ensino superior, permitindo assim que muitos estudantes consigam obter um grau académico, potenciando a mobilidade social - fator-chave para que os jovens possam ter um futuro mais promissor. Para tal, é fundamental que os instrumentos de ação social direta e indireta sejam reforçados.

A JS defende uma revisão do regulamento de atribuição de bolsas de estudo, no sentido de garantir o aumento do limiar de elegibilidade para bolsa, permitindo que mais estudantes entrem no sistema de ação social direta.

A JS defende o aumento da dotação para a ação social escolar, num período de grave crise económica e financeira em Portugal. É imperioso impedir que jovens com legítimas ambições a frequentar o ensino superior fiquem de fora deste sistema por motivos económicos.

A JS entende ser necessária a contratualização da bolsa para todo o ciclo de estudos, a linearidade na definição dos seus montantes, a simplificação e maior celeridade dos procedimentos administrativos e a uniformidade das regras técnicas aplicáveis às candidaturas.

A JS defende prazos de candidatura a bolsas de estudo que permitam o seu pagamento antes do início do período escolar.

A JS propõe a reorganização dos serviços de ação social escolar do ensino superior, ao nível de células supra-instituição, no sentido de os dotar de maior eficiência e capacidade de resposta, num quadro de partilha de recursos.

A JS entende que devem ser garantidos apoios de emergência aos estudantes que tenham visto alterada a sua condição económica a meio do ano letivo.

A JS propõe o reforço da ação social indireta como forma de reduzir os custos de frequência no ensino superior através de, entre outros, cantinas a preços sociais, alojamento em residências e cooperativas de estudantes, apoio para a compra de livros e outro material escolar.

A JS defende que devem existir apoios específicos para os estudantes que se encontram a fazer estágio curricular fora do concelho onde se situa a instituição de ensino superior.

Em 2007, a Juventude Socialista recebeu o novo modelo introduzido pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) como um instrumento adequado na promoção da eficiência na gestão pública e da responsabilização dos titulares dos cargos de gestão, na internacionalização das universidades e politécnicos num espaço europeu de ensino superior e potenciador de uma maior abertura das instituições à sociedade civil. Bolonha dificilmente teria condições de implementação numa realidade de ensino superior voltada sobre si mesma, de grande resistência à mudança e pouco permeável à experiência exterior e internacional e a novos modos de gestão.

Contudo, este novo modelo significou a perda muito expressiva da representatividade dos estudantes (e funcionários) nos órgãos das instituições, o que, desde o início, a Juventude Socialista criticou. Esta presença merece ser reforçada uma vez que os estudantes do ensino superior devem ser considerados como cidadãos adultos especialistas no processo ensino-aprendizagem.

Por outro lado, é preciso relevar o importante papel das associações académicas e de estudantes na representação e defesa dos direitos e interesses dos estudantes. Dessa forma, é necessário apoiar e garantir a sua participação em todas as questões de relevo na vida dos jovens estudantes, designadamente, na definição e discussão das políticas educativas e de juventude, garantindo-se simultaneamente a participação dos dirigentes associativos na resolução de problemas comuns, no seio das instituições.

A JS defende o regresso de um papel interventivo e digno dos estudantes, através da revisão pontual do RJIES, por forma a aumentar o seu peso representativo, designadamente nos Senados e Conselhos Gerais das instituições.

A JS considera que as associações académicas e de estudantes são as estruturas com legitimidade para representar os estudantes e, como tal,

deverão ser consideradas como interlocutores fundamentais e insubstituíveis nas questões do ensino superior, em particular, e da juventude, em geral.

A JS propõe o reforço da compatibilização dos percursos académicos com atividades reconhecidas de carácter não letivo. Concretamente, defende-se a revisão dos estatutos especiais de trabalhador-estudante, dirigente associativo e atleta de alta competição, entre outros, por forma a permitir uma efetiva compatibilização dos percursos académicos com outras atividades de valorização cívica e pessoal. Esta revisão deverá garantir, ainda, uma indiferenciação das condições efetivas de acesso a estes estatutos.

A JS propõe a constituição de uma via profissionalizante para a docência no ensino superior. Entende-se que a satisfação de requisitos em termos de conhecimento têm de ser complementados com capacidades essenciais para cativar e potenciar bons alunos em meio escolar.

A JS lamenta a criação dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTSP), ao sobreporem-se aos já existentes, e em parte equivalentes, Cursos de Especialização Tecnológica (CET), e por não contribuírem para reforçar o caminho de uniformização, que tem vindo a ser estabelecido, de um espaço de ensino superior europeu. A criação destes cursos vem introduzir um novo grau de liberdade, indesejável, num sistema a necessitar de prévia estabilização e posterior racionalização.

A JS reafirma a importância de continuar a fomentar a mobilidade de estudantes, no sentido de atingir os objetivos acordados a nível europeu: atingir em 2020 o nível de 20% de estudantes com um período de estudos no estrangeiro durante a sua formação.

Sendo uma clara mais-valia para os estudantes, a criação e promoção de programas de intercâmbio, cooperação e mobilidade, permite não só a constituição de um Espaço Europeu de Ensino Superior de referência mundial em termos de qualidade, preconizado pelo Processo de Bolonha, mas também o melhoramento das possibilidades de aprendizagem, o desenvolvimento do pluralismo linguístico e de uma educação e formação de qualidade, a promoção da criatividade e da competitividade, bem como o reforço da cidadania ativa, da tolerância, do diálogo intercultural, da igualdade de género e do respeito pelos valores europeus e pela multiculturalidade. É essencial que todo o processo de mobilidade internacional seja mais justo, transparente e inclusivo.

A JS defende a criação de um regulamento nacional para o Programa Erasmus, que seja análogo e comum a todas as instituições de ensino superior, em matéria de critérios de atribuição

de bolsas, fatores de acesso e seriação, e todos os outros aspetos que não devam ser variáveis em função do curso do candidato, de modo a conciliar uniformidade de acesso com a necessária autonomia institucional. A JS atuará, ainda, no sentido de sensibilizar as instituições de ensino superior para reduzirem os entraves administrativos à mobilidade.

A JS é a favor do reforço do número de estudantes com experiências de internacionalização nos seus percursos académicos. Deverão ser lançados programas que estimulem a participação de jovens estudantes portugueses em contexto internacional, designadamente no âmbito do Programa Erasmus, com conseqüente reforço dos montantes das bolsas atribuídas.

A JS propõe a criação de um Estatuto do Estudante de Ensino Superior, constituindo uma verdadeira carta de direitos e garantias de qualquer aluno, contribuindo assim para o reforço da transparência e simplificação de todos os procedimentos inerentes à frequência no sistema de ensino superior.

A JS atuará no sentido de reduzir as condicionantes e dificuldades criadas aos estudantes com necessidades educativas especiais, denunciando barreiras arquitetónicas e obstáculos pedagógicos que ainda se colocam à sua integração educativa.

A JS propõe a afetação de pelo menos 5% do valor do Fundo de Ação Social para atribuição de ajudas técnicas aos estudantes com necessidades educativas especiais.

A JS entende que as instituições de ensino superior devem encarar o desporto não formal como uma componente básica na formação individual e na promoção de estilos de vida saudáveis. Para tal é importante que seja criado o estatuto de atleta universitário.

3.3. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A JS reconhece que a investigação científica pode e deve ter um papel pró-ativo na transformação positiva dos setores económicos públicos e privados, na diferenciação positiva das empresas, tornando-as mais competitivas e eficientes e na contribuição para sociedades mais sustentáveis.

Se é inegável que o aumento do investimento público na investigação, realizado pelos governos do Partido Socialista, constituiu um dos mais revolucionários aceleradores do potencial científico nacional, permitindo recuperar décadas de atraso

em relação aos parceiros europeus, o que é facto é que nos dias de hoje o sistema está em risco de ruir, não só por uma nova realidade de constrangimentos financeiros, como por uma radical alteração de paradigma no que diz respeito à importância da ciência como aposta estratégica e estrutural para o futuro do país. Portugal continua a ser um dos países que menos investe em investigação científica, apenas 1,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB), valor que compara negativamente com a meta de 3% do PIB estabelecido na agenda Europa 2020.

Por outro lado, a atual situação de estrangulamento financeiro em que se encontram as instituições de ciência e o ensino superior materializa-se também na investigação científica. A isso soma-se a recente aposta num sistema de avaliação enviesado dos centros de investigação, que este Governo pretende prosseguir, e que é apenas um meio para justificar uma redução brutal do financiamento de muitas instituições nacionais.

A JS entende que a rápida expansão que ocorreu no sistema de investigação induz novas preocupações com a promoção da sua qualidade, numa realidade comparativa com a Europa e o mundo. Contudo, defendemos que esse caminho não pode constituir um pretexto para a diminuição do financiamento para esta área, nem poderá ser feito à custa da eliminação de parte da atual capacidade instalada.

Por oposição, entendemos que se devem melhorar os instrumentos para que os bolsеiros possam desenvolver investigação de alta qualidade e para que possamos travar a atual “fuga de cérebros” para o estrangeiro. Mais do que isso, devemos criar um verdadeiro programa nacional que traga de volta os milhares de jovens que emigraram nos últimos anos, à procura de melhores condições para investigar. A dificuldade de absorção dos novos doutores pelo mercado de trabalho nacional e a falta de estabilidade dos vínculos dos investigadores às instituições são hoje problemas que temos urgentemente de resolver.

Urge, pois, acelerar a revisão do estatuto de bolsеiro de investigação científica, nomeadamente no que respeita ao acesso a prestações sociais e à realização de contribuições à Segurança Social pela entidade responsável pelo pagamento das bolsas.

Deverá ser incentivada a celebração de parcerias internacionais entre instituições de ensino superior portuguesas e europeias, assegurando melhores condições para a prossecução da investigação em território nacional, sem perder a noção de rede, e evitando a saída dos mais qualificados.

A JS entende que os bolsheiros de investigação, doutoramento e pós-doutoramento devem ver a sua situação laboral definida por meio da celebração de contratos de trabalho a termo certo, com remuneração indexada às carreiras da função pública.

A JS propõe o reforço da carreira de Investigador e a criação de um estatuto próprio, como verdadeira via paralela, digna e comparável à carreira docente, face à diferenciação de missões das instituições de ensino superior e ao aumento da investigação e desenvolvimento em Portugal.

A JS defende o financiamento público dos projetos e centros de investigação por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) como parte essencial da estratégia de desenvolvimento tecnológico e científico em Portugal.

A JS defende que devem existir incentivos específicos para que as pequenas e médias empresas contratem doutorados para os seus quadros. Esta forma de potenciar a aposta na qualificação, gerando valor para o mercado de trabalho e para o tecido empresarial, e de ajudar a reduzir a atual fuga de cérebros, poderá ser feita ao nível da redução do pagamento da Taxa Social Única e outros benefícios fiscais.



4. À FRENTE NA EMANCIPAÇÃO

▣ A emancipação jovem é uma luta de sempre da JS e talvez seja o aspeto em que fica mais claro o carácter transversal das políticas de juventude. Pressupõe a existência de liberdade, independência, realização individual e desenvolvimento pessoal.

Nesse sentido, a JS encara a habitação e o emprego como elementos básicos de auto-sustentação e autonomização, pelo que os jovens em transição para a vida adulta desejam vê-los, cada vez mais, como garantidos.

Obviamente que, num contexto de crise económica e financeira, onde o individualismo acaba tantas vezes por prevalecer, os problemas que verificamos são as dificuldades no arrendamento ou na aquisição de casa própria, o desemprego e a precariedade. Como consequência, no plano europeu, os jovens portugueses registam os mais tardios processos de autonomização pessoal. A intervenção do Estado nestes domínios reveste-se de crucial importância, na medida em que estamos perante questões de garantia de direitos sociais e de igualdade de oportunidades. O Estado não pode desvalorizar o contributo que esta juventude, a mais qualificada de sempre, está em condições de oferecer à sociedade portuguesa e, neste âmbito, assume também especial relevância o fenómeno de emigração, cada vez mais intenso. Para além disto, urge repensar a forma de atuação, optando preferencialmente por soluções concertadas (administração local) e integradas (educação, família, emprego, habitação, saúde).

Assim, a JS deve continuar a exigir uma juventude emancipada, participada, dinâmica e confiante, com capacidade de construir um futuro, um início de um projeto de vida.

4.1. HABITAÇÃO

A política habitacional será tanto melhor, quanto mais orientada estiver para a fixação de jovens, designadamente no interior. Por essa razão, a JS coloca o eixo da habitação num contexto municipal. É no cumprimento da requalificação urbana, na correção de assimetrias e na emancipação jovem que se encontram os fatores de sucesso desta política pública.

A JS defende o desenvolvimento de políticas de habitação conducentes ao apoio ao arrendamento e à aquisição de habitação a custos controlados.

No que diz respeito aos apoios ao arrendamento, a JS compromete-se a acompanhar os programas existentes, lutando por mais justiça social no que diz respeito aos critérios de atribuição.

A JS defende iniciativas como a habitação a custos controlados, no sentido de fixar jovens num determinado território, fazendo com que as autarquias usem as ferramentas que têm já ao seu dispor, nomeadamente na relação com os promotores imobiliários.

A habitação social sub-30 tem também o apoio da JS, cumprindo os princípios de política que elencamos e apostando em rendas baixas e isenções de taxas e emolumentos no arrendamento dos imóveis.

A JS defende que a desertificação também se combate ao nível do plano municipal, em termos de apoios à iniciativa individual, no que diz respeito à reabilitação. Isto é, com uma opção política clara no sentido de atribuir incentivos municipais no domínio das taxas, mantendo-os durante algum tempo depois das intervenções, e criando bolsas de terrenos para incentivar a construção própria.

4.2. EMPREGO

Este é, certamente, o eixo mais importante num processo de emancipação. É com essa consciência que a JS assume a luta pela redução do desemprego jovem, pela intervenção do Estado na economia e a rejeição das políticas de austeridade castradoras do crescimento económico.

A JS exige regras claras nas políticas ativas de emprego. Nos últimos três anos, assistimos a sucessivos malabarismos por parte do Governo, com mudança de regras a meio do jogo. Um jovem que esteja prestes a terminar a sua formação não consegue ter um conhecimento claro de todas as possibilidades e ferramentas de empregabilidade que existem ao seu dispor. O próprio empregador sente essa dificuldade. Nesse sentido, os critérios e as possibilidades têm que ser claras, no que diz respeito ao quadro de aplicação e à escala de respostas. Tem de haver equilíbrio entre os estágios e os demais mecanismos de contratação para combater o desemprego jovem, pelo que a estabilidade e a clarificação são fundamentais.

A JS assume a importância de criação de agendas para a empregabilidade. Neste âmbito, é de considerar o exemplo das NUT'S 3, células mais fidedignas na análise do modus vivendi das regiões. Sem planificar a economia, o objetivo será identificar um quadro de necessidades para a região e avançar com formação profissional orientada, encontrando margens de otimização. Em momentos como o que vivemos, em que a escassez de emprego é evidente, a tendência é para esquecermos a precariedade e aceitarmos a sua inevitabilidade.

A JS assumirá como bandeira a maior fiscalização dos falsos recibos verdes, que continuam a ser uma realidade, através do reforço das competências da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e da agilização dos seus mecanismos de intervenção, no sentido de uma maior proteção do trabalhador e de promover uma cultura de responsabilização por parte do empregador. Por outro lado, é igualmente importante assegurar incentivos às relações não precárias, como a contratação por tempo indeterminado.

A JS propõe a criação de um “selo de garantia” para empresas sem relações laborais precárias, ou seja, com um emprego digno e de qualidade, inserida numa campanha de comunicação nacional forte, poderá ser uma ideia, apesar de distinguir práticas que deveriam ser consideradas normais.

Uma das marcas deste Governo foi o conflito intergeracional que criou na sociedade portuguesa. A JS opta pela defesa de um horizonte progressista em que o combate ao desemprego jovem e de longa duração está no centro das prioridades. Se

ambicionamos um desenvolvimento sustentável, é imperioso rejeitar as acusações dirigidas às gerações que nos antecederam e “dar as mãos” entre gerações.

A JS propõe o desenvolvimento de programas de tutoria entre trabalhadores com alguma antiguidade e recém-contratados, numa lógica de ganho de competências, através da cooperação e complementaridade.

A JS defende a diminuição do horário e do número de dias de trabalho. Se a idade da reforma está indexada à esperança média de vida, assumir as 35 horas de trabalho como limite semanal parecem ser fundamental para efeitos de emancipação e de gestão humana do tempo para os cidadãos.

A Garantia para a Juventude continuará a ser uma reivindicação da JS, cumprindo o desígnio de fazer com que todos os jovens empregados permaneçam no sistema de ensino ou sigam uma formação complementar ou um estágio nos quatro meses que se seguem à conclusão dos seus estudos. É para nós muito claro que o custo de a Europa ter milhões de jovens desempregados é superior ao custo de comparticipação da sua remuneração em contexto profissional.

A JS defende a reestruturação do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), promovendo-o como uma verdadeira plataforma de oportunidades de emprego, formação e criação de postos de trabalho. Para além disso, a partilha de algumas competências com o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), nomeadamente no que diz respeito aos incentivos à iniciativa individual, pode traduzir-se num passo importante para os jovens empreendedores. Infelizmente, o IEFP desempenha um papel residual, revelando-se, por vezes, um centro de burocracia e não de oportunidades.

A JS defende o relançamento dos programas sectoriais, nacionais e municipais de estágios profissionais, encarando-os como uma aposta acertada e uma mais-valia para os estagiários que dão os primeiros passos na vida ativa.

As bolsas de emprego que ajudam a identificar ofertas de trabalho e a correspondê-las aos perfis dos jovens devem ser aprofundadas e amplamente divulgadas. Uma vez mais, os municípios têm uma palavra a dizer por serem, à partida, mais capazes de adequar e dirigir as ofertas à realidade local.

A aposta séria e contínua na qualificação e formação é um fator determinante para o desenvolvimento do país, não esquecendo a formação de adultos, em contraposição às políticas deste Governo. Neste âmbito, e defendendo também os projetos de ensino profissionalizante com dimensão prática, a JS acredita que ainda há

margem para melhorar a ligação entre o mundo académico e o mercado de trabalho. A existência de gabinetes de apoio e de orientação no ensino secundário e superior reveste-se de especial importância, no que diz respeito à capacidade de resposta do Estado aos anseios dos jovens em relação ao seu futuro.

4.3. EMPREENDEDORISMO

A JS rejeita o empreendedorismo apregoado pela direita, que defende a total sujeição ao mercado dos que pretendem, com iniciativa, dar início à sua própria atividade. Há que reconhecer a sua mais-valia para a vitalidade do tecido empresarial português, mas urge o estabelecimento de uma estratégia orientada e concertada, numa lógica simultaneamente de simplificação administrativa, facilitando a circulação de informação, mas também de defesa do empreendedor, principalmente no início da nova atividade. Também neste eixo, a lógica concertada entre os planos nacional e municipal é fundamental.

As *startups* e as incubadoras continuam a constituir boas experiências na área do empreendedorismo, pelo seu papel de apoio, dinamização e transmissão de competências, e ainda de articulação com a investigação e o conhecimento. No entanto, também identificamos como fundamental o acompanhamento de empresas embrionárias de jovens em contexto escolar, que já é possível identificar em alguns locais.

A JS é a favor mecanismos de apoio públicos que revitalizem a atividade económica, porque sem investimento público não será possível alcançar as bases necessárias para o desenvolvimento de negócios. Esses mecanismos devem estar inseridos em programas claros que apostem na informação e na formação, enquadrando cada área de negócio com as linhas de crédito e os incentivos fiscais. Neste eixo, tal como surgiu no anterior, a relação com o ensino superior é um pilar importante, inclusivamente para ajudar a diversificar as áreas de atuação e de investimento.

A JS defende a criação de um estatuto do jovem empreendedor. No seguimento das políticas de incentivo ao empreendedorismo e à iniciativa individual, a JS continuará a exigir a construção de um regime jurídico adequado às necessidades e dificuldades com que o jovem empreendedor se depara nos primeiros anos da sua atividade, muitas vezes os mais determinantes para o sucesso ou insucesso do projeto. A proteção social deve assumir aqui um papel primordial.

4.4. MOBILIDADE

A mobilidade é um desígnio da nossa geração e pode traduzir-se em experiências de vida muito enriquecedoras. No entanto, a nossa geração foi a primeira a experimentar a sua tirania, por via da mobilidade coerciva, incentivada por este Governo através da emigração. Todavia, a mobilidade constitui muitas vezes, numa outra dimensão, uma barreira à emancipação, pelos custos que lhe estão associados. Os apoios à mobilidade devem, por princípio, favorecer os processos migratórios internos, estabelecendo pontes entre medidas políticas de estímulo ao emprego e à habitação.

A JS lançará a discussão sobre a própria integração de redes e a reorganização da oferta de transportes, com uma harmonia de incentivos inter-regional, comunitária e com alterações nos escalões de descontos.

Os cartões jovens municipais já existentes em alguns municípios, pelo seu carácter abrangente, podem assumir outra relevância se reunirem todas as condicionantes da emancipação numa lógica concertada e possibilitando melhores condições para os seus utilizadores, como vantagens, descontos e isenções, nas áreas da habitação, emprego, empreendedorismo e mobilidade.

A JS compromete-se a preparar um plano para trazer de volta a Portugal os jovens que emigraram em busca de melhores condições. Quando falamos em emigração, temos de afirmar que o grande desafio da JS, e também do país, será recuperar os milhares de jovens qualificados que abandonaram Portugal. O país tem de voltar a atrair os jovens portugueses emigrados pela Europa e por outros pontos do Mundo. São alguns dos mais qualificados e devem ter direito de assegurar a sua realização pessoal e profissional na sua terra, contribuindo para o desenvolvimento do país. O Estado e as famílias investiram na qualificação destes jovens. O seu know-how e as competências adquiridas no estrangeiro podem contribuir efetivamente para a criação de postos de trabalho. Uma das propostas passa por promover incentivos ao empreendedorismo, para que possam criar a sua empresa em Portugal e desenvolver o seu negócio. Este fenómeno deve merecer uma resposta forte por parte dos poderes públicos, em vez de o Governo assistir de braços cruzados à saída de milhares de jovens. Esta é uma necessidade do país e, pelo carácter justo e inovador desta medida, estamos certos de que acrescentará valor à nossa economia.

■

5. À FRENTE NO DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Uma política de futuro passará, necessariamente, por uma adaptação das políticas às capacidades globais de suportar o crescimento económico. Seja pela sustentabilidade ambiental do planeta ou pela atual degradação do mundo económico e consequente crescimento das desigualdades e injustiças, deveremos trocar os conceitos de crescimento pelo de desenvolvimento ou, pelo menos, minimizar a influência do primeiro no bem-estar do mundo. Este último conceito de desenvolvimento sustentável, mais do que contabilizar a produção e aumento de riqueza, inclui os medidores civilizacionais que padronizam uma sociedade evoluída: estado da saúde, educação, habitação ou sustentabilidade da Segurança Social.

Apanágio dos governos e verdadeiras ideologias socialistas, sociais-democratas e trabalhistas, o desenvolvimento sustentável e a proteção do Estado Social não são passíveis de realizar fora deste eixo político. O Estado deve atuar como regulador de um acordo social que envolve cedências de ambas as partes. Os capitalistas cedem parte dos lucros decorrentes da exploração dos seus meios de produção, promovendo benesses sociais como forma de evitar o comunismo e a consequente perda de valores democráticos. Os trabalhadores aceitam a existência de propriedade privada em troca de benefícios, promovendo uma distribuição de riqueza mais justa e regulando o capitalismo desbragado e selvagem dos tempos presentes. É uma solução de compromisso mas sem comprometimento: quer com os poderes instalados, quer com as franjas radicais e iconoclastas da sociedade.

A JS entende que só instituições públicas e privadas verdadeiramente reguladas impedirão o aumento de todo o tipo de desigualdades. A confiança dos cidadãos na capacidade de o Estado promover a igualdade em áreas tão importantes como a justiça, a educação ou a saúde preservará e consolidará a democracia.

A JS considera que o Estado Social deve ser de Bem-estar no sentido pleno da expressão, não se ocupando apenas de assegurar a sobrevivência dos cidadãos mas também de proporcionar o seu desenvolvimento e realização plenos. Para além da educação, saúde e segurança social, deve ocupar-se da promoção cultural, desportiva e recreativa dos cidadãos, bem como de todas as formas de expressão e desenvolvimento do potencial humano.

A JS reconhece que a educação é o principal mecanismo de promoção social e de diminuição de desigualdades, permitindo que o rendimento humano (através do conhecimento avançado e diferenciado) se sobreponha ao rendimento mecânico. Compreender isto é também compreender a evolução da sociedade portuguesa nos últimos quarenta anos.

5.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um modelo de desenvolvimento sustentável deverá observar os seguintes fatores: um desenvolvimento ambiental sustentável, um desenvolvimento social equitativo e um crescimento económico viável. Sendo uma apreciação lata, resume a necessidade de desenvolver o mundo sem prejudicar as gerações futuras.

A certeza de que o mundo perdura na sua bela diversidade e riqueza é mais importante do que a criação de emprego. Acontece que a preservação do mundo é, em si mesmo, fator de criação de emprego. Educar para a cidadania é educar para um desenvolvimento sustentável, tendo por base pressupostos de poupança energética e investimento nas energias renováveis.

A JS defende medidas eficazes e com vista à melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos e incentivos fiscais corajosos para

edifícios detidos por privados.

A JS defende a criação de um pacote de medidas tendente à rápida redução da dependência energética do país face ao exterior e às energias de origem fóssil.

A JS defende uma regulação à escala europeia e mundial que penalize os Estados mais poluidores e defenda radicalmente a biodiversidade. A JS considera que ignorar a urgência da defesa dum equilíbrio entre a presença do Homem no planeta e a Natureza é condenar as gerações futuras a uma condição de risco insuportável.

A JS defende um investimento forte dos meios de transporte públicos em detrimento de viaturas privadas, quer por motivos ambientais, quer pelo direito lato à mobilidade do cidadão, devendo esta medida estender-se ao transporte escolar gratuito. Defende ainda a JS que deverá ser promovido o uso de veículos cicláveis no centro das cidades, através de um programa de incentivo com o reforço das ciclovias.

A JS defende o reforço da rede de transportes públicos acessíveis economicamente e com horários adequados às necessidades da população. O reforço da rede deve também passar pelo regresso dos passes sub-23 como forma de promover a utilização de transportes públicos e atrair os jovens para a sua utilização. Apostar em transportes públicos movidos a eletricidade, dando primazia ao transporte ferroviário. Apostando na renovação das ligações entre grandes cidades como Lisboa e Porto; apostando no metro-ligeiro como solução de transporte dentro das cidades; reabilitar e reforçar a rede de comboio suburbanos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

A JS defende uma utilização sustentável e ambiental das coberturas dos edifícios, especialmente nos meios urbanos. Compreender isto é aceitar que estes meios urbanos são mais propícios a sofrer com as alterações climáticas e com a poluição atmosférica, com graves consequências para a saúde de todos.

A JS defende a inventariação dos terrenos detidos pelo Estado e que se encontrem abandonados de modo a poder aproveitá-los para a agricultura ou, no caso dos terrenos sem qualidade aráveis, reflorestá-los de acordo com a flora autóctone.

A JS considera vital a criação e implementação de um plano estratégico de introdução de veículos elétricos no parque automóvel português, incluindo a aposta na expansão da rede de infra-estruturas de apoio à utilização de veículos elétricos ligeiros e no alargamento dos incentivos ao abate de carros em fim-de-vida para compra de viaturas desta natureza.

A JS defende o reforço da capacidade fiscalizadora das entidades públicas com responsabilidades na área do ambiente. Dotando-as de verbas suficientes para aquisição de equipamentos e recursos humanos adequados às competências que são atualmente exigidas na fiscalização de várias aspetos ambientais por todo o país.

A JS defende o reforço da fiscalização do cumprimento dos planos de ordenamento do território e a celeridade na aprovação e implementação dos vários planos de ordenamento em desenvolvimento ou revisão. Neste âmbito deve o estado pugnar pela implementação de planos diretores municipais eficazes em todos os 308 municípios do país. Auxiliando para tal, todos os municípios que necessitem de apoio na revisão ou criação de PDM. Garantido a adequação destes instrumentos de planeamento, aos planos de OT regionais e nacionais atualmente em vigor.

A JS defende a reintrodução dos programas de incentivo à compra de painéis solares (térmicos e fotovoltaicos), geradores eólicos e outras tecnologias de produção de energias renováveis. Esta proposta reveste-se não só de estímulo à economia nacional, como a diminuição da importação de energia. Propõem-se que no âmbito deste programa possam concorrer aos apoios: particulares, associações, condomínios, empresas privadas e entidades públicas.

A JS pretende compensar as emissões de dióxido de carbono decorrentes da sua normal atividade. Para tal, adotará princípios de consumos sustentáveis e desenvolverá ações de voluntariado ambiental disponíveis e abertas a todos os seus militantes.

5.2. ESTADO SOCIAL

Consideramos a Escola Pública, o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social como bens inalienáveis de todos os habitantes do país e consideramo-nos herdeiros desta obra maior que importa certificar que permanece.

A discussão que urge prende-se com assegurar a sustentabilidade do Estado Social. Recusamos teorias liberais ou anarco-libertárias de índole capitalista que entregam cada cidadão a si mesmo. Assim, consideramos que devemos rever o Contrato Social, reavaliando o que é devido a cada cidadão em razão da sua riqueza.

A JS propõe indexar o pagamento de TSU ao lucro da empresa e não ao número de trabalhadores.

A JS propõe eliminar os falsos recibos verdes e inverter o ónus da prova, não devendo ser o trabalhador a comprovar a situação irregular mas a empresa a defender-se dela, mediante a intervenção da ACT.

A JS defende a manutenção dos direitos sociais e laborais do modelo social europeu contra os sistemáticos ataques e precarização das novas gerações de contratados.

A JS propõe reforçar as competências e meios da ACT, permitindo uma fiscalização efetiva das relações laborais.

A JS propõe criar incentivos fiscais à instalação de creches privadas nas empresas com o intuito de promover a natalidade e o acompanhamento parental.

A JS é favorável à reorganização do sistema fiscal, valorizando os impostos diretos, mormente o IRS, em detrimento do IVA, por forma a aumentar a justiça fiscal e torná-lo mais próximo do dos restantes países da Eurozona.

A JS defende que o IRS seja um imposto mais progressivo, criando escalões suplementares e com taxas progressivamente maiores na medida do rendimento de cada cidadão.

A JS propõe um aumento dos impostos sobre o rendimento de capitais quando em comparação com os derivados do trabalho, não devendo estes últimos superar os primeiros, criando de igual modo incentivos fiscais à inovação e à qualificação profissional dos trabalhadores.

A JS defende um combate firme e duro à evasão fiscal que é, no nosso país, um dos grandes problemas e impedimentos à sustentabilidade do atual modelo social, criando dificuldades orçamentais que, de outro modo, poderiam não existir.

A JS defende a criação do Serviço Nacional de Justiça, como forma de garantir a igualdade de acesso à Justiça; reduzir as taxas judiciais, promovendo a acessibilidade à Justiça.

A JS propõe reformar o IEFP e os seus programas, salientando a importância de avaliar o seu desempenho em função do fomento ao emprego e não em relação ao cumprimento de metas estatísticas.

A JS defende a criação de uma lista de abatimentos ao rendimento do agregado familiar para o cálculo das prestações sociais, bem como a consideração do rendimento líquido e não o ilíquido.

A JS defende a gratuidade do Serviço Nacional de Saúde, incluindo os serviços de medicina dentária, designadamente através da redução das taxas moderadoras na saúde, para que estas não configurem co-pagamentos no Serviço Nacional de Saúde, tal como sucede atualmente.

5.3. DIÁLOGO INTERGERACIONAL

O quadro de crise financeira europeu foi fundamental para que os setores políticos da direita assumissem um discurso de combate intergeracional. As dificuldades na sustentabilidade nos serviços de prestações sociais e de segurança social, aliados à dificuldade de obtenção de emprego por parte dos jovens, foram o terreno mais fértil para que esse discurso pudesse vingar.

A Juventude Socialista sublinha a sua firme oposição ao combate intergeracional, que considera um facto promotor de tensão social que pode levar à degradação do modelo social europeu. Neste quadro, importa por um lado defender os direitos sociais e laborais caracterizadores do modelo social europeu e firmar todas as forças no combate à precariedade no emprego e por outro empenhar todos os setores da sociedade nas reformas necessárias de garantia de sustentabilidade da Segurança Social, reconhecendo os bons exemplos que a governação socialista apresentou já nesta matéria.

6. À FRENTE NO PODER REGIONAL E NO PODER LOCAL

┌ A defesa da Constituição da República Portuguesa não pode deixar de ser, também, um momento de defesa acérrima da autonomia regional e da autonomia do poder local. As novas exigências que se colocam aos autarcas, nos dias de hoje, afastando as competências das autarquias das matérias infra-estruturais e aproximando-as, nomeadamente, da política de ação social, exigem um Poder Regional e um Poder Local fortes. É portanto de grande importância que se proceda à inflexão do rumo que vem sendo seguido, e que significa a redução das autonomias, em favor de um paradigma de descentralização baseado no respeito pela democracia local.

A JS defende um modelo de Estado descentralizado, entendendo que estão nos municípios parte das respostas possíveis para os problemas e ansiedades enfrentados hoje pela Juventude portuguesa, problemas associados, em primeira linha, às dificuldades de emancipação.

Assim, a afirmação do projeto de desenvolvimento da Juventude Socialista terá sempre presente a dimensão local de abordagem desses problemas.

As políticas públicas levadas a cabo ao longo dos últimos três anos representaram, no que diz respeito à Autonomia do Poder Local, um caminho de centralização avesso às necessidades de afirmação do interior.

A Juventude Socialista afirma a necessidade de desenvolvimento de políticas de descentralização que concedam um amplo espaço de atuação às autarquias, por forma a assumirem um modelo de governação mais apto a dar resposta às necessidades que enfrentem em função da sua posição geográfica. Além disso, afiguram-se necessários mecanismos de discriminação positiva do interior, de modo a que essa parcela do território nacional possa contribuir com todas as suas potencialidades para um novo projeto político de desenvolvimento.

A JS entende que é de vital importância reveritar a reforma do mapa das freguesias, no sentido de conseguir encontrar uma solução que corresponda aos anseios de cada um dos municípios e das respetivas populações.

6.1. AS REGIÕES AUTÓNOMAS DOS AÇORES E DA MADEIRA

As eleições autárquicas do ano de 2013 representaram um virar de página na realidade do Poder Regional: o Partido Socialista assume hoje responsabilidades de relevo em várias autarquias da Região Autónoma da Madeira. É, pois, imprescindível que, neste novo quadro, a Juventude Socialista imprima a sua marca na governação dos municípios da Região Autónoma da Madeira, continuando o combate contra os constrangimentos que se colocam ao livre exercício da atividade política na Região.

Quanto à Região Autónoma dos Açores, a Juventude Socialista manterá o acompanhamento das boas políticas públicas implementadas na Região, reflexo da matriz ideológica e da intervenção política socialistas.

A Autonomia Regional faz parte do legado político da Juventude Socialista, que a todo o tempo se empenhou no seu aprofundamento. Este é o tempo de continuar esse combate, procurando que as políticas da República tenham sempre presentes a necessidade de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos dos Açores e da Madeira, na medida em que estes territórios se depararam com problemas específicos decorrentes de insularidade.

6.2. REGIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O modelo regional – tendo por base as regiões-plano – é mais um mecanismo promotor da descentralização administrativa, vital para um novo projeto de desenvolvimento, e permitirá introduzir uma nova esfera de atuação, compensando o fosso existente entre o Estado e a dimensão dos municípios.

A JS assume a necessidade de se proceder à regionalização administrativa do território continental, acompanhando, todavia, todas as medidas de carácter intermédio que permitam o desenvolvimento de políticas regionais e o aprofundamento dos mecanismos de participação democrática nas decisões dos entes regionais, como sejam os presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

6.3. REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO

A política local representa uma primeira oportunidade de grande relevo de participação ativa dos mais jovens. Assim, a Juventude Socialista não pode ceder na defesa de todos os mecanismos promotores da participação cívica e política junto dos governos municipais.

A JS monitorizará, em primeira linha, a implementação da lei que impõe aos municípios a criação dos Conselhos Municipais da Juventude, assim como a regularidade do funcionamento dos mesmos, onde essa realidade esteja já implantada. Nos casos em que tal não se verifique, a Juventude Socialista não deixará de se empenhar, estando o Partido Socialista no poder ou na oposição, em garantir o desenvolvimento destas plataformas.

Estes mecanismos, já previstos, não obstarão a que se desenvolvam propostas alternativas de promoção de participação política dos mais jovens junto dos órgãos do Poder Local, como as Assembleias Municipais Jovens, programa a desenvolver pelas Assembleias Municipais em termos similares ao Programa Parlamento Jovem.

7. À FRENTE NA EUROPA E NO MUNDO

┌
A Juventude Socialista é uma organização que defende a paz e a solução pacífica para os conflitos, respeitando os direitos de autodeterminação dos povos. Cremos, portanto, na força da diplomacia como verdadeira chave para a construção de uma paz mundial duradoura, em que nenhum país imponha a sua vontade a um outro, em que se repudie o colonialismo e o imperialismo, em que se combata os desrespeitos pelos direitos fundamentais do Homem, em que a liberdade, o desenvolvimento e a educação sejam as bandeiras da Humanidade.

Nos últimos anos, a Europa demonstrou não ter capacidade de resposta em relação aos grandes acontecimentos a nível internacional ou, quando a teve, reagiu tarde e sem falar a uma só voz. Acreditamos numa Europa diferente, fundamentalmente mais justa.

7.1. NOVO PARADIGMA ECONÓMICO

A JS defende um verdadeiro programa europeu de investimento público em infra-estruturas de carácter estrutural e com impacto, a médio e longo prazo, no crescimento económico e no emprego, em segmentos de alto valor acrescentado, intensivos em capital tecnológico e trabalho qualificado. Neste sentido, é importante que os fundos europeus estruturais e de investimento sejam direcionados para estas prioridades.

A JS defende que a Europa deve promover, nesta conjuntura, políticas orçamentais expansionistas que, num lógica contra-cíclica de estabilização económica no curto prazo, estimulem a procura agregada na Zona Euro e reforcem os incentivos proporcionados pela política monetária prosseguida desde há um ano pelo Banco Central Europeu para estimular o investimento e combater o desemprego.

A JS defende um maior aprofundamento da governação económica da União Europeia, que possibilite uma maior coesão das políticas de estabilização económica ao nível orçamental e monetário e que constitua uma resposta mais eficaz a crises de natureza sistémica e às assimetrias económicas da Zona Euro.

A JS defende uma maior harmonização fiscal na Europa, como forma de combater a deslocalização de empresas e de capitais para regimes fiscais mais atrativos.

A JS defende um reforço dos poderes do Banco Central Europeu (BCE), que comporte uma maior responsabilização em relação ao crescimento económico e ao emprego e não apenas e exclusivamente à estabilidade dos preços e à inflação.

A JS defende a revisão do artigo 123.º do Tratado de Lisboa, que impossibilita o BCE de financiar as economias dos Estados. A Zona Euro atravessa atualmente um cenário de deflação e, na possibilidade iminente de baixar ainda mais a taxa de juro de referência, o BCE terá de recorrer à compra de títulos para continuar a estimular, pela via monetária, a retoma económica na Zona Euro. Desta forma, é importante que a liquidez criada seja alocada às economias mais frágeis da Zona Euro, por exemplo, através da compra de títulos de dívida soberana.

A JS defende uma clara separação entre a banca de investimento e a banca comercial para, no futuro, dirimir os efeitos de contágio das crises no setor financeiro à atividade económica, tal como aconteceu em 2008.

A JS rejeita liminarmente o modelo de competitividade que a direita quis impor na Europa nos últimos dois anos, assente em baixos salários e na desvalorização do fator trabalho. A Europa deve prosseguir um modelo de competitividade

assente na inovação tecnológica e na qualificação do capital humano.

A JS advoga a indexação da amortização da dívida pública à taxa real de crescimento económico com o objetivo de incutir nos credores maiores preocupações com o crescimento económico.

A JS rejeita as disposições do Tratado Orçamental Europeu e defende uma renegociação dos compromissos nacionais com o serviço e o stock de dívida pública. Esta renegociação assentaria, fundamentalmente, na redefinição das maturidades e num *haircut* do capital em dívida.

A JS defende a prossecução do trabalho que a União Europeia desenvolveu até agora visando a implementação da taxa Tobin.

A JS defende que as contribuições dos Estados para o orçamento comunitário tenham um carácter tendencialmente mais progressivo, de acordo com o PIB *per capita* de cada país.

A JS defende uma maior regulação sobre as importações de produtos cujas cadeias de produção não assegurem condições laborais dignas e que pratiquem baixos custos unitários do trabalho.

A JS defende a criação de um “Pacto Social” que determine valores mínimos de proteção social, tais como investimento em educação, saúde e prestações sociais.

A JS defende, idealmente, a instituição do salário mínimo europeu, para promover a convergência económica entre os diversos países europeus e como forma de dar uma resposta unívoca na valorização do fator trabalho e no combate às desigualdades sociais.

A JS defende a limitação proporcional dos salários no espaço da União Europeia, como forma de combater o agravamento das desigualdades salariais em Portugal e na Europa.

7.2. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

A JS defende uma arquitetura institucional mais coerente, efetiva e democrática. Nesse âmbito, promoveremos uma sólida discussão sobre o modelo de governação da União Europeia, que aborde, entre outras possibilidades, a eleição direta do presidente da Comissão Europeia e a eventual organização bicameral do Parlamento Europeu, com competências exclusivas e relativas partilhadas por duas câmaras: uma assente numa representação igualitária dos estados e outra

assente numa representação proporcional das populações dos diversos países.

A JS defende um reforço dos poderes do Parlamento Europeu, órgão que por excelência representa os cidadãos europeus, como forma de combater o défice democrático na União Europeia e diminuindo a atual preponderância do domínio intergovernamental e do Conselho Europeu nos processos institucionais de decisão política. Existe uma necessidade de respeitar o que se encontra plasmado no Tratado de Lisboa acerca do funcionamento tripartido da União Europeia, impondo-se a necessidade de uma governação verdadeiramente partilhada do projeto europeu que envolva de forma transparente e paritária todos os Estados-membros.

A JS defende, no âmbito do reforço da união política europeia, a constituição de partidos políticos europeus, avançando para além da sua posição atual de se constituírem apenas como meras federações de partidos.

A JS defende o caminho gradual para o federalismo. No século XXI, a desagregação do conceito de Estado-Nação e a captura do poder político pelo poder económico e financeiro levam-nos a ponderar formas de integração política mais avançadas. Em certa medida, um espaço de soberania supranacional constituirá uma entidade política mais forte e que poderá ser mais eficaz em blindar o poder político aos caprichos dos mercados financeiros e dos grandes grupos económicos.

O aprofundamento da integração política na União Europeia deve ser um processo gradual, o que não significa que deva ser conduzido de forma casuística, como foi nos últimos anos. A JS introduzirá a discussão da temática do federalismo dentro e fora das estruturas, com o objetivo de esclarecer e desmistificar um conceito que deve enquadrar na sua base a união dos povos, sem que as identidades históricas e culturais sejam esquecidas.

7.3. A EUROPA E O MUNDO

A JS defende que a Europa deve autonomizar a sua política externa em relação à NATO e aos EUA. A Europa não pode assumir exclusivamente uma postura submissa, como se de um espectador totalmente passivo se tratasse: tem de ter uma ação estratégica, no âmbito diplomático, na defesa da paz, dos Direitos Humanos, da democracia e do Estado de Direito. Em muitas ocasiões, a Europa fez-se substituir pela Alemanha em matéria de política externa, ao invés de assumir uma voz unívoca que representasse o interesse supranacional. A diplomacia tem de ser feita a uma só voz e não

pode estar refém dos interesses de um Estado em particular.

A JS defende que a política externa europeia não pode ser gerida dentro do eixo intergovernamental, mas de forma paritária por todos os Estados Membros.

A JS propõe a federalização da política de defesa europeia, que a autonomize em relação à NATO e aos EUA.

Recentemente, temos sido confrontados com algumas mudanças na política externa da Federação Russa. A política externa europeia terá de saber lidar com uma Rússia que já não é a mesma de há dez anos e que disputa de forma muito mais assertiva antigas esferas de influência geopolítica de que dispunha durante a guerra fria. A anexação da Crimeia, a paulatina degradação da situação política na Ucrânia e o clima de tensão entre a Rússia e a NATO e, em particular, entre a Rússia e a EU, são exemplo disso mesmo.

A JS defende que a Europa tem de assumir uma posição firme na defesa dos direitos, liberdades e garantias de todos os povos.

A JS é contra a atual violação da soberania ucraniana, nomeadamente no que diz respeito à ocupação do seu território nacional por forças subversivas, não democráticas e não representativas da liberdade de expressão dos cidadãos. Acreditamos na integralidade territorial da Ucrânia e no seu direito fundamental em estabelecer tratados e acordos com a União Europeia, sem qualquer tipo de coação militar, financeira, económica ou não democrática. A Europa deve bater-se por uma solução pacífica que resolva o atual panorama de instabilidade nesta região sem deixar de ter uma resposta firme às provocações Russas.

A JS defende o combate ao Estado Islâmico e a democracia participativa no Médio Oriente, bem como o respeito pela sua cultura. A Europa deve condenar todos os fenómenos de terrorismo e extremismo político ou religioso e defender de forma intransigente a paz e os direitos humanos. O autoproclamado Estado Islâmico do Iraque e do Levante é, atualmente, uma das maiores ameaças aos Direitos Humanos, objetivando-se a implementar um sistema político ditatorial, e a imposição de um regime de terror no Médio Oriente, contrário às aspirações de liberdade daqueles povos.

A política de segurança europeia deverá acautelar os riscos inerentes à movimentação no espaço europeu de cidadãos da UE que aderiram a esta organização. A Europa deve mostrar-se totalmente solidária com todos aqueles que combatem a barbárie do Estado Islâmico e que lutam por um

futuro melhor, em paz e democracia, para a região do Médio Oriente.

Devemos estar ao lado dos povos e minorias oprimidos, das associações de defesa dos direitos humanos, das organizações não-governamentais que aspiram à emancipação democrática, ao progresso social e à libertação plena dos mecanismos de controlo dos regimes totalitários ou democracias “musculadas”, estejam eles no mundo árabe ou no nosso próprio continente, como são exemplos os casos da Bielorrússia, Hungria e Rússia.

A JS deve continuar a acompanhar a evolução das revoluções, conflitos sociais e bélicos despoletados pela “Primavera Árabe”, no Norte de África, e em alguns países do Médio Oriente, e as repressões subsequentes que ainda decorrem nessa região, como a Síria. A Primavera Árabe constituiu um extraordinário levantamento popular, por parte de ativistas, estudantes, professores, sindicalistas e artistas contra várias ditaduras autocráticas árabes, suportadas por aparelhos policiais e militares opressivos. Reconhecendo que, durante décadas, muitos destes regimes foram apoiados ou relativizados pelo mundo ocidental, consideramos que, no dealbar do século XXI, não existem razões que justifiquem mais condescendência política. Por isso, a JS vai continuar o seu esforço, conjuntamente com as suas estruturas políticas congéneres europeias e internacionais, no sentido de cooperar ativamente em prol da promoção da democracia e da liberdade de expressão no contexto internacional.

A JS defende o respeito e prossecução dos processos de democratização dos países do Magreb, nomeadamente da Líbia e do Egito, mas também o fim das hostilidades na Síria, com vista a impedir a continuação do banho de sangue que se estima que já tenha vitimado mais de duzentas mil pessoas e criado mais de três milhões de refugiados.

A JS continuará a defender a autodeterminação do povo Saharaui e a divulgar a sua posição junto dos nossos militantes e na sociedade civil portuguesa.

A JS crê numa solução pacífica para o conflito Israelo-Palestiniano, que se baseie na solução de dois Estados. Esta solução poderá ser atingida respeitando as fronteiras estabelecidas pelo Armistício de 1949, o que implica o fim dos colonatos judaicos na Cisjordânia e a devolução à Síria da região dos Montes Golã.

A JS é a favor da constituição de um dispositivo supranacional que previna os milhares de mortes, no Mar Mediterrâneo, de cidadãos africanos que fogem à miséria e procuram na Europa um futuro mais promissor.

A JS considera que o diálogo recíproco e a cooperação política e económica entre os países lusófonos são oportunidades não plenamente desenvolvidas no domínio da política externa portuguesa e que devem ser reforçados no futuro próximo. Sem cinismos, devemos reconhecer que existem lacunas nas instituições e sistemas políticos de alguns dos países lusófonos e que as mesmas devem ser reprovadas veementemente. Mas devemos, também, antecipar que o aprofundamento das relações multilaterais no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), particularmente nas suas dimensões culturais, pedagógicas, económicas e civis, poderá catalisar uma evolução positiva global, benéfica para todas as partes envolvidas. O ideal, mesmo que situado num horizonte de longo prazo, será atribuir à CPLP um papel decisivo, como um agente maduro, multicultural e democrata, no plano geopolítico mundial. Deste modo, e tal como já aconteceu no último mandato, a JS continuará a encetar esforços no sentido da promover encontros com representantes das estruturas jovens dos países lusófonos, movimentos sociais, associações de defesa dos direitos humanos, organizações não-governamentais, sindicatos e juventudes partidárias, em particular aquelas com quem partilhamos o ideário político, para trocar experiências e sensibilidades e facilitar a compreensão mútua sobre as diferentes realidades políticas e socioeconómicas.

A JS defende que o acordo transatlântico de comércio livre, *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP), não pode ser um veículo para eliminar os mecanismos de regulação do comércio internacional, ainda existentes entre a Europa e os EUA, ao nível dos direitos laborais, dos direitos do consumidor e das salvaguardas ambientais. A JS opõe-se totalmente à forma antidemocrática como este acordo tem sido negociado entre grandes empresas transnacionais, à margem das instituições políticas legitimamente eleitas pelos cidadãos europeus. A JS condena ainda o *Investor-State Dispute Settlement* (ISDS) que visa estabelecer uma justiça “especial” para as empresas beneficiárias do TTIP que, entre outros precedentes gravíssimos, passarão a usufruir da possibilidade de processar Estados Soberanos por atos legislativos que, de alguma forma, vão contra os seus interesses.

A JS defende uma revisão dos acordos internacionais de Bretton Woods, de forma a adaptá-los à realidade do Século XXI, em particular no que respeita à definição de *standards* que regulem, a nível supranacional, o relacionamento comercial e financeiro dos diversos blocos económicos que hoje existem no Mundo.

Os últimos anos mostraram que não é por se liberalizar economicamente o comércio internacional que se liberaliza politicamente

o respeito pelos direitos humanos. A crise de 2008 demonstrou a dimensão predatória que os mercados financeiros podem assumir, ao fim de mais de 30 anos de progressiva desregulação. Graças, em grande parte, ao extraordinário progresso técnico que a Humanidade viveu na segunda metade do Século XX, vivemos hoje num Mundo indelevelmente marcado pela globalização. Se é facto que a globalização nos trouxe ganhos agregados de eficiência e de bem-estar social, também é verdade que agravou a desigualdade económica entre Estados e entre grupos sociais. Não é exequível parar a globalização, mas é possível humanizá-la. Assim, é fundamental que se estabeleçam *standards* que regulem, a nível internacional, os mercados financeiros, nomeadamente os grandes fluxos de capital e a deslocalização de grupos económicos para regimes económicos mais atrativos em termos fiscais e laborais. Também ao nível do comércio é preciso fixar normas internacionais de comércio justo que promovam o respeito pelos direitos humanos e a valorização salarial do trabalho, sobretudo nos países subdesenvolvidos e nas cadeias de valor de grandes empresas transnacionais que operam nestes países.

A JS rejeita liminarmente as disposições do consenso de Washington (1989) e advoga a sua substituição por um novo consenso internacional.

A JS defende um programa internacional mais ambicioso ao nível da ajuda pública ao desenvolvimento, que estabeleça efetivamente como critérios de atribuição o respeito pelos Direitos Humanos e pelo Estado de Direito Democrático nos países beneficiários. Devem ser melhorados, igualmente, os mecanismos de controlo e fiscalização da atribuição destes fundos que garantam a alocação dos mesmos para o desenvolvimento humano destes países.

A JS defende a criação de incentivos diretos, por parte das organizações internacionais, ao reforço dos *checks and balances* e à melhoria da qualidade e da transparência do funcionamento das instituições governamentais nos países subdesenvolvidos. Alguns exemplos destes incentivos são a *Extractive Industries Transparency Initiative* (EITI) e os mecanismos de *verified auctions* que controlam e divulgam, de forma transparente, a atribuição das concessões dos direitos de exploração das *comodities*, nos países subdesenvolvidos, a grandes empresas transnacionais.

■

8. À FRENTE NA ORGANIZAÇÃO

▀ A organização de qualquer estrutura é um elemento basilar para o bom desempenho da sua atividade. A Juventude Socialista, com a base militante e territorial alargada que possui, necessita de uma organização que lhe permita um efetivo desenvolvimento da sua atividade política.

É necessária uma organização ágil, comunicacional e presente que permita levar mais longe a mensagem da ação política, afirmando a JS junto da juventude portuguesa como uma organização política moderna, audaz e ativa na defesa dos valores do socialismo democrático. Assim, a organização da JS deve ser uma plataforma que permita ao jovens portugueses fazer política na sua freguesia, no seu concelho, no seu distrito, a nível nacional e ainda em organizações internacionais.

Dado que a informação constitui um dos suportes de uma organização, a JS manterá o seu arquivo digital onde, de forma sectorial, constarão todas as suas propostas e argumentários que as sustentam.

A JS promoverá *action days* e *action weeks* que se traduzirão em iniciativas simultâneas levadas a cabo por todas as estruturas da JS, em todo o território nacional.

Como estrutura partidária que é, e no contexto democrático em que opera, a força da JS faz-se da sua capacidade de fidelizar jovens cidadãos às suas causas e às suas estruturas. Neste sentido, a Juventude Socialista levará a cabo no próximo mandato uma campanha massiva de adesão de novos militantes.

8.1. ORGANIZAÇÃO INTERNA

É necessária uma constante comunicação entre as diversas estruturas de base territorial que constituem a JS, os órgãos nacionais e a Sede Nacional, não esquecendo as organizações autónomas. Assim, a JS deve continuar o processo de aperfeiçoamento dos seus procedimentos administrativos, colocando a Sede Nacional da JS ao serviço dos seus militantes e dos seus dirigentes.

A JS deve aprofundar as funcionalidades das plataformas disponibilizadas aos seus dirigentes e militantes. Neste sentido, o *backoffice* deve dar uma resposta adequada a uma das necessidades mais prementes de todos os dirigentes: a relação com os militantes.

Com o objetivo de aproximar as estruturas de base territorial às estruturas de base temática, promovendo a cooperação e o desenvolvimento de um trabalho mais efetivo, a JS disponibilizará ao dirigente local, de forma periódica, um cruzamento de dados com a informação dos militantes inscritos nas organizações autónomas no território da sua estrutura.

Por forma a concretizar todas as questões relativas à militância, pugnando por uma maior transparência, responsabilização e compromisso, a JS reverá, de acordo com os Estatutos, todos os regulamentos definidos.

A JS, com a multiplicidade de estruturas que a compõe, operando numa base territorial alargada e representado dezenas de milhares de jovens socialistas portugueses, necessita, obrigatoriamente, de recursos financeiros para poder levar a cabo as suas ações de forma presente, constante e digna. Não possuindo a JS, do ponto de vista legal e estatutário, mecanismos que possibilitem o seu autofinanciamento, é ao Partido Socialista que cabe esta responsabilidade.

8.2. COMUNICAÇÃO

A comunicação, no contexto de uma estrutura com a dimensão, representatividade e natureza da atividade desenvolvida pela Juventude Socialista, reveste-se de excepcional importância.

À JS não basta fazer, é necessário fazer e transmitir aquilo que faz. Num mandato que decorrerá num quadro de eleições Regionais, Legislativas e Presidenciais, um dos grandes desafios da JS é a sua capacidade de penetração junto do eleitorado, mas também a sua capacidade de afirmação junto do Partido Socialista. Assim, deve ser prioridade da JS levar a sua mensagem junto do maior número possível de Portugueses. Esse trabalho deve ser integrado, com uma estratégia comunicacional estratificada, envolvendo os militantes de base e os núcleos, passando pelas concelhias e federações, e culminando nos órgãos nacionais e nos seus dirigentes. Neste contexto, o órgão oficial de comunicação da JS, o «Jovem Socialista», assume um papel privilegiado na estratégia comunicacional a desenvolver.

A JS irá prosseguir a modernização do «Jovem Socialista», adaptando-o às novas plataformas de comunicação e criando uma agenda digital que, de forma sustentada e atempada, informe os militantes sobre as atividades a desenvolver pelos órgãos nacionais, bem como de todas as iniciativas, posições públicas ou atividade legislativa que a JS promova. A JS aprofundará ainda o papel estratégico do «Jovem Socialista», dotando-o de uma maior interatividade, em plataformas onde todos os militantes possam expressar a sua opinião e contribuir para a discussão política no contexto da JS.

Na vanguarda da comunicação será criada a «JS TV», que servirá o propósito de divulgar a ação e a mensagem da JS de uma forma mais apelativa. Através desta plataforma, a JS será capaz de apelar não só às novas gerações mas também a todos os setores da sociedade civil, que, de uma forma mais atraente e inovadora poderão conhecer a realidade da JS e da atividade das suas estruturas. Também nos meios tradicionais de comunicação a JS terá um papel ativo e presente: a JS estará na rua, promovendo campanhas de divulgação das suas causas através de meios convencionais mas imprescindíveis, como cartazes, *outdoors* ou panfletos de natureza diversa.

A JS criará um Gabinete de Comunicação que, em primeira instância, coordenará e executará a estratégia de comunicação da JS, estando ainda ao serviço das estruturas e dos militantes socialistas, apoiando-os na sua ação política e dotando-os de ferramentas e conhecimentos que permitam à JS desenvolver uma comunicação homogénea, capaz e dinâmica por todo o território.

8.3. ESTUDOS E FORMAÇÃO POLÍTICA

A JS é a organização político-partidária de juventude que afirma os valores do socialismo democrático em Portugal e que congrega na sua composição militante uma multiplicidade de experiências pessoais, profissionais e académicas. Como plataforma de ação política de juventude que é, à JS cabe também um papel de formação política dos seus militantes.

Espera-se que da JS emanem quadros capazes de estar à altura do capital histórico do Partido Socialista em Portugal, que sejam capazes de defender a matriz ideológica da esquerda democrática e que, já hoje, sejam capazes de intervir de forma determinante na sociedade que os envolve.

A JS realizará um Encontro Anual de Concelhias, promovendo a partilha de experiências e de ideias, que congregará num fórum de discussão todas as estruturas concelhias do país. Este encontro será um marco de afirmação das estruturas de proximidade, dinamizando a partilha de experiências e de opiniões, fortalecendo relações pessoais e fomentando a cooperação estratégica entre as estruturas.

É imbuída neste espírito crítico de debate de ideias livre e dinâmico que a JS promoverá a implementação de diversos espaços de discussão descentralizados. A JS promoverá a criação de plataformas regionais, distritais e concelhias que, estimulando o debate e a discussão de ideias, contribuam para o desenvolvimento da atividade levada a cabo pelas estruturas formais da Juventude Socialista.

A JS aprofundará o seu programa de formação, dando sequência ao trabalho desenvolvido no último mandato, que teve expressão com a realização da Academia Socialista. Desta forma, a JS cumprirá um papel, que também é o seu, de formação de quadros capazes de darem respostas adequadas no contexto do exercício de uma cidadania ativa.

A JS aprofundará o seu processo de tomada de decisão política, no sentido de o tornar mais sólido e robusto, com a valorização do Gabinete de Estudos Políticos, nomeadamente através da realização de estudos técnicos e comparativos, para promover soluções inovadoras e justas para os jovens portugueses.





JUVENTUDE
SOCIALISTA



À FRENTE DO NOSSO TEMPO!

JUVENTUDE EM PROXIMIDADE

www.afrentedonosotempo.com